

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA DÁDIVA AOS ESTUDOS SOBRE ORGANIZAÇÕES SUBSTANTIVAS

Fábio Vizeu*

RESUMO

O presente ensaio discute de que forma a sociologia da dádiva pode ser frutífera para o campo de estudos sobre organizações substantivas. A dádiva é a forma de circulação de bens, cujo primeiro objetivo é (re)criar ou fortalecer os vínculos entre pessoas ou grupos. Partimos do pressuposto de que, condicionadas pela predominância do valor do vínculo entre seus membros, as organizações substantivas podem ser consideradas como um local privilegiado de manifestação da troca-dádiva nas sociedades modernas. Isso se explica, principalmente, pelo fato do cálculo utilitário ser uma referência inadequada para mediar a maioria das relações interpessoais nessas organizações. Nas considerações finais, esboçamos brevemente alguns pontos para uma agenda de pesquisa em organizações substantivas, calcada nos princípios da sociologia da dádiva.

Palavras-chave: Dádiva. Organizações substantivas. Crítica à lógica de mercado. Marcel Mauss.

GIFT ECONOMY IN SOCIOLOGY; CONTRIBUTIONS TO SUBSTANTIVE ORGANIZATIONS STUDIES

ABSTRACT

The paper discusses how the notion of gift economy in sociology can be useful to the research field of substantive organizations. Gift economy refers to a means of trade whose main objective is (re)create or to strengthen the links between people or groups. We start from the assumption that substantive organizations are conditioned by relationship values and because of this should be considered a privileged place for the establishment of a gift economy in modern societies. It can be also explained because a utilitarian evaluation is inadequate in mediating most relationships between people in this type of organization. Finally an agenda for further research into substantive organizations based on gift economy will be outlined.

Key words: Gift economy. Substantive organizations. Market logic criticism; Marcel Mauss.

* *Doutor em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV-SP. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo. Endereço: Prof. Pedro Viriato Parigot, 5300. CEP: 81280-330, Curitiba/PR. E-mail: vizeu@up.edu.br*

As organizações substantivas representam um campo de estudo profícuo para os pesquisadores organizacionais brasileiros. Sua fecundidade reside, por um lado, na proliferação desse fenômeno organizacional diante do atual contexto histórico, marcadamente determinado por uma complexa crise social e política articulada pela ideologia neoliberal (SERVA, 1993), e, por outro, na gradativa sofisticação teórico-conceitual que a academia brasileira tem efetuado sobre tal fenômeno, empreendida especialmente a partir do estudo de Guerreiro Ramos (1981).

Considerado como uma importante influência para os estudos críticos da área de administração no Brasil, Guerreiro Ramos é um autor com uma vasta e diversificada produção intelectual (PAULA 2007). Sociólogo de relevante expressão no cenário acadêmico nacional, foi somente no final de sua vida que autor dedicou-se mais diretamente à questão das organizações. Seu texto de maior influência sobre esse assunto é "A nova ciência das organizações", publicado um ano antes de sua morte. É nesse texto que Guerreiro Ramos apresenta sua teoria substantiva da organização: uma nova abordagem sobre o contexto organizacional que visa superar a perspectiva dominante que se limita a reconhecer, na lógica de mercado, a única referência para a organização da vida humana associada. Inspirada nos princípios da ação racional substantiva, a perspectiva organizacional proposta por Guerreiro Ramos serviria de base para a elaboração de modelos organizacionais emancipatórios.

Apesar de ser um ensaio que sintetiza grande parte de suas reflexões anteriores (PAULA, 2007), sob o ponto de vista teórico, "A nova ciência das organizações" tem um caráter mais germinal do que definitivo, como admite o próprio autor (GUERREIRO RAMOS, 1982). Por isso, muitos foram os esforços após a morte de Guerreiro Ramos no sentido de dar continuidade à sua teoria substantiva da organização. Uma importante tentativa foi buscada por um grupo de pesquisadores da UFBA que se interessou por investigar, de forma empírica, aquilo que foi observado apenas teoricamente por Guerreiro Ramos. Desse esforço, cunhou-se o termo organização substantiva (SERVA, 1993), que nada mais é do que o tipo organizacional no qual se supõe predominar a racionalidade substantiva, ou seja, a racionalidade em relação a valores.

Tendo em conta a sua orientação racional alternativa à racionalidade instrumental, as organizações substantivas foram comumente tratadas pelos pesquisadores brasileiros como um contraponto à organização burocrática, tipo em que predomina o cálculo utilitário de conseqüências (WEBER, 1974). Essa preocupação talvez explique a busca, por parte desses pesquisadores, por outras teorias críticas à racionalidade instrumental, como foi o caso da Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas: a adoção dessa teoria, em particular, permitiu aos pesquisadores das organizações substantivas a articulação de importantes questões epistemológicas que, desde o precursor do campo Guerreiro Ramos, rondavam o imaginário do grupo. Por conseguinte, tal refinamento epistemológico permitiu que os estudos empíricos da área assumissem novos critérios para identificar as condições do desenvolvimento desse tipo organizacional, especialmente aqueles fundados na interação entre as dimensões política, econômica e simbólica da organização (SERVA, 1997b; VIZEU, 2005).

Assim, seguindo essa mesma trajetória, propomos no presente ensaio uma nova articulação teórica, ainda não devidamente explorada no campo, mas que entendemos ser proveitosa para o avanço dos estudos sobre organizações substantivas. Esta se refere a um recente desenvolvimento da teoria sociológica de Marcel Mauss sobre o sistema da dádiva.

Quando se trata de abordagens em ciências sociais inspiradas no fenômeno da dádiva, existe uma significativa heterogeneidade (GODBOUT, 1999; CAILLÉ, 1998, 2002). Como a maioria das abordagens baseia-se em estudos antropológicos, os diversos olhares sobre o fenômeno da dádiva sempre dedicam atenção

especial ao pioneiro e mais célebre estudo sobre o tema – o ‘Ensaio sobre a Dívida’, de Marcel Mauss –, mas se diversificam em distintas interpretações, em que a dívida é considerada sob diferentes formas: troca simbólica, troca econômica, ritual, atividade política, fenômeno arcaico, fenômeno moderno. A despeito dos benefícios obtidos com essa fertilidade de pensamentos, a multiplicidade de olhares sobre a dívida também dificultou o seu entendimento, o que contribuiu para que tal abordagem permanecesse na obscuridade.

Dentro das várias correntes de estudos da dívida, um grupo em particular pretendeu desenvolver uma epistemologia própria em ciências sociais, centrada nesse fenômeno. Na verdade, esses autores recuperaram a visão original de Mauss sobre a dívida, ou seja, aquela que enxergava no fenômeno um potencial explicativo para a própria origem do social (MAUSS, 2001). O grupo se autodenomina Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais¹, e tem buscado desenvolver, teoricamente, o registro da dívida enquanto um contraponto à lógica de mercado. Nesse aspecto, em particular, vemos a primeira evidente aproximação entre esses autores e Guerreiro Ramos, que cunhou sua abordagem substantiva com a preocupação de que esta fosse uma saída para a hegemonia da lógica de mercado enquanto único balizador da vida organizacional (PAULA, 2007).

Apesar de ainda desconhecida pela maioria dos autores do campo das organizações, a sociologia da dívida já foi antes apresentada no país, em um texto publicado aqui mesmo na Revista ‘Organização e Sociedade’. No ensaio, França e Dizimara (1999) discutem o fenômeno da Economia Solidária à luz da sociologia da dívida. Em termos gerais, os autores consideram as vantagens analíticas da sociologia da dívida para explicar fenômenos de natureza multifacetada e plural, como no caso da Economia Solidária, que se revela pela imbricação das esferas econômica, social e política. Nesse sentido, podemos mesmo considerar que este é outro importante ponto que aproxima a sociologia da dívida à proposta de Guerreiro Ramos, já que, para o autor, sua abordagem substantiva da organização constituiu-se a partir de uma visão multidimensional da realidade organizacional, em que se considera os diversos enclaves sociais nos quais os indivíduos ingressam em sua vida cotidiana (PAULA, 2007).

O presente ensaio se divide em seis partes. A primeira se refere ao conceito de organização substantiva, buscando recuperar seus elementos essenciais, mas também salientando novos aspectos que permitem observar a articulação teórica aqui pretendida. Na segunda parte, tratamos dos pressupostos epistemológicos da sociologia da dívida, de maneira a situar essa abordagem no conjunto de perspectivas sociológicas de cunho crítico. Em seguida, apresentamos as principais contribuições analíticas que a dívida pode oferecer aos estudos sobre organizações substantivas. Destas, destacamos o fato de que a dívida na modernidade apresenta peculiaridades intrinsecamente relacionadas aos tipos de vínculos que servem como condutores da orientação ético-valorativa nas organizações substantivas. Para dar conta desse aspecto, dedicamos a quarta e a quinta parte. Finalmente, apresentamos nossas considerações finais, onde esboçamos brevemente alguns pontos para uma agenda de pesquisa em organizações substantivas, calcada nos princípios da sociologia da dívida.

(Re)Definindo Organizações Substantivas

Como já dissemos, a organização substantiva é uma denominação que foi inspirada no trabalho de Guerreiro Ramos (1981) sobre a revalidação da teoria

¹ O Movimento Anti-utilitarista em Ciências Sociais – MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales, em Francês) corresponde a um conjunto de publicações editadas na Universidade de Paris X que tem por objetivo recuperar o sentido anti-utilitarista do pensamento de Marcel Mauss. A denominação do referido movimento é uma explícita alusão ao verdadeiro autor da sociologia da dívida.

das organizações a partir da racionalidade substantiva. Considerado um dos primeiros pesquisadores a defender abertamente esta nomenclatura, Serva (1993) e seu grupo da UFBA realizaram, no início da década de noventa, uma pesquisa em doze organizações baianas visando levantar pressupostos que caracterizariam as organizações substantivas. O estudo identificou um conjunto de treze pontos relativos a rotinas e procedimentos organizacionais que caracterizam uma orientação coletivista e centrada no bem comum, assim como na forte identificação entre os membros, constituída em torno de um conjunto específico de valores compartilhados.

Neste sentido, o autor lembra que, nas organizações substantivas, existe uma nítida preocupação com a condição humana. Por esse motivo, os mecanismos de controle e supervisão são determinados por critérios que privilegiam a autonomia, a liberdade de expressão e de ação e a adoção não demagógica da responsabilidade social. Segundo Serva (1993, p. 38), a compatibilidade entre os objetivos individuais e os propósitos coletivos, pelos quais a organização existe, é alcançada da seguinte forma: "partindo-se do indivíduo tenta-se construir uma organização que possa viabilizar seus anseios conjugados na base da proximidade e compatibilidade de valores".

Dessa preocupação em integrar a autonomia e anseios individuais com os interesses coletivos, emerge nas organizações substantivas uma gestão democrática e coordenada por mecanismos informais de interação. Além das pesquisas de Serva (1993; 1997a), outros estudos, também, identificaram uma forte preocupação com a flexibilização dos critérios burocráticos nas organizações centradas na racionalidade substantiva, um processo que quase sempre se realiza com a adoção de uma gestão participativa, centrada em uma orientação ético-valorativa compartilhada pelos membros da organização e legitimada por ampla parcela da sociedade civil (ROTHSCHILD-WITT, 1982; VIZEU, 2004; TENÓRIO, 2000; FRAGA, 2000). Considerando que, em instituições altamente condicionadas pelo controle burocrático, este se apresenta como mecanismo de mortificação da individualidade do sujeito (GOFFMAN, 1996), a flexibilização burocrática representa, antes de tudo, o reconhecimento do outro enquanto sujeito autônomo, capaz e integrado na comunidade organizacional na qual faz parte (VIZEU, 2005; TENÓRIO, 2000).

Apesar desse entendimento, algo que tem sido subestimado pelos estudos empíricos sobre organizações substantivas é a compreensão de como se dá a tensão entre racionalidades. Estranhamente, os pesquisadores da área pouco consideram que, mesmo sendo um contexto social onde predomina a racionalidade substantiva (ou seja, aquela centrada na dimensão ético-valorativa compartilhada pelos membros), tais organizações apresentam em seu interior uma constante pressão para a adoção de posturas e/ou procedimentos baseados em uma racionalidade instrumental. Manifesta, principalmente, através do interesse imediato pelo êxito econômico e pelos benefícios do controle gerencial burocrático, a tendência de que os membros das organizações substantivas se orientem pela racionalidade instrumental é ingenuamente omitida ou, quando identificada, apenas lamentada como triunfo da lógica de mercado sob o mundo vivido, em uma visão perigosamente maniqueísta². Na verdade, como indicamos em estudo anterior (VIZEU, 2004), defendemos a idéia de que, para uma melhor compreensão do fenômeno das organizações substantivas, deve-se considerar a simultaneidade com que estas duas racionalidades se apresentam no contexto vivido, algo que, como veremos a seguir, pode ser investigado a partir da dádiva, uma nova referência de análise das relações sociais e que incorpora essa dualidade de racionalidades de uma maneira diferente. Entretanto, para compreender o poten-

² SERVA (1997a) verifica empiricamente esta tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva em estudo feito em diferentes organizações substantivas. Todavia, o autor incorre no erro de tratar dessa questão de forma dicotômica, apresentando um continuum que sugere uma polaridade entre as racionalidades, o que torna difícil considerar a simultaneidade entre elas no contexto do mundo vivido.

cial explicativo da dádiva, é necessário ter-se em conta a concepção de que a realidade social se constitui a partir de relações de troca.

Especialmente a partir de Lévi-Strauss, a sociologia tem procurado observar o contexto social por meio da transação de bens e signos (GODELIER, 2001). Mesmo a perspectiva sociológica centrada na linguagem esta associada à abordagem das trocas: a todo o momento somos requisitados a interagir pela comunicação porque, por um lado, esta é a melhor forma de negociarmos as diversas trocas dos bens que necessitamos para realizar nossas atividades, mas, também, porque tais trocas são revestidas de uma significação que vai além do conteúdo utilitário da transação. Assim, quando trocamos algo, dizemos algo com este ato, algo que quase sempre representa muito mais do que aquilo expresso objetivamente no ato em si mesmo. Da mesma forma, nossos atos de fala são trocas de significações subjetivas, constituídas por diferentes experiências vividas e com um potencial de ajuste pelo processo do diálogo e da argumentação. Nesse sentido, também trocamos argumentos, e isso nos permite angariar novos entendimentos sobre a realidade, podendo, desta maneira, ajustar nossa ação coletiva.

Logo, da mesma forma que a abordagem habermasiana permitiu que as organizações fossem reconhecidas como espaços de fala (FORESTER, 1994; DEJOURS, 2001), recuperamos neste ensaio a idéia de que estas são espaços de trocas. A importância que as trocas assumem para o entendimento das relações sociais nas organizações pode ser medida pela idéia, conforme Lévi-Strauss (1974, p. 38) de que "é a troca que constitui o fenômeno primitivo da vida social". Assim, no contexto organizacional, trocamos produtos, insumos, dinheiro, mas, também, palavras, gestos, gentilezas e agressões. Além disso, tais trocas apresentam múltiplas dimensões, cujo conteúdo simbólico assume grande relevância. A partir das trocas, é possível explicar a natureza das relações sociais e o próprio contexto em que estas se constituem. É por isso que vemos na sociologia da dádiva uma interessante perspectiva para a teoria das organizações e, em particular, para a compreensão das organizações substantivas.

Pressupostos da Sociologia da Dádiva

Como o próprio nome indica, a sociologia da dádiva é uma abordagem que tem por principal fundamento de explicação sociológica a troca-dádiva (também denominada em português por dom); fenômeno identificado por Mauss como uma prática fundamental na vida social. Para Mauss, a dádiva corresponde a uma prática com amplas implicações para o conjunto da sociedade. Nesse sentido, a dádiva é um fato social total, pois se constitui a partir de amplo conjunto de enclaves sociais (econômico, político, jurídico, afetivo, estético etc.), mas, também, porque é uma prática universalmente desenvolvida, ou seja, reconhecida em todas as sociedades, mesmo que em diferentes matizes e graus (GODELIER, 2001; CAILLÉ, 1998).

Dada esta universalidade, Mauss reconheceu na dádiva o fundamento primeiro da explicação do social, a referência mais pura para se identificar a essência das motivações individuais que levam à solidariedade humana e, conseqüentemente, a compreensão da dinâmica social. É nesse sentido que Mauss observara na dádiva arcaica a explicação do próprio social, pois via em tal fenômeno o substrato primeiro das estruturas societárias, o fundamento explicativo de toda a complexidade da vida em sociedade. O autor conclui da seguinte forma o seu ensaio sobre a dádiva:

As sociedades progrediram na medida em que elas próprias, os seus subgrupos e, enfim, os seus indivíduos, souberam estabilizar as suas relações, dar receber e, finalmente, retribuir. Para comerciar, era primeiro necessário saber depor as lanças. Foi então que teve êxito a troca de bens e das pessoas, não apenas de clãs para clãs, mas de tribos para tribos e de nações para nações, sobretudo de indivíduos para indivíduos. Foi só depois que as pessoas souberam criar para si, satisfazer interesses mútuos e, enfim, defendê-los sem terem que recorrer às

armas. Assim, o clã, a tribo, os povos souberam – e é assim que amanhã, no nosso mundo dito civilizado, as classes, as nações e também os indivíduos devem saber – opor-se sem se massacrarem e dar-se sem se sacrificarem uns aos outros. Aí está um dos segredos permanentes de sua sabedoria e solidariedade (MAUSS, 2001, p. 196).

A dádiva pode ser definida como a forma de circulação de bens (materiais, simbólicos, tangíveis ou não) na qual o primeiro objetivo é criar, recriar ou fortalecer os vínculos entre as pessoas ou grupos. Para tanto, a dádiva deve ser empreendida sem a garantia de retorno (CAILLÉ, 2002). Isto implica em dizer que a dádiva é uma troca recíproca, mesmo quando empreendida entre desiguais. Na concepção original de Marcel Mauss, o vínculo se estabelece através da dádiva devido à tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Todavia, essa obrigação é paradoxal, tendo em vista que, para ser eficaz no estabelecimento do vínculo entre doador e receptor, a dádiva deve ser uma atitude espontânea por parte do primeiro (como também deve ser espontânea a retribuição). Além disso, deve haver um desequilíbrio entre o valor do bem dado e o valor da sua contrapartida (ou seja, a retribuição da dádiva ser menor ou maior do que a dádiva) para que a dívida permaneça ou se transfira ao iniciador do processo, e o vínculo se mantenha. É nesse sentido que se entende a dádiva como uma 'obrigação livre' e, também, como uma prática que 'obriga a obrigar-se', ou, como lembra Godelier (2001, p. 27), "o que obriga a dar é o fato de que dar obriga".

Dito de uma forma menos enigmática, podemos afirmar que a dádiva, como observada por Mauss, deve ser um ato voluntário por parte do doador, bem como a contra-dádiva para o receptor, mesmo que, implicitamente, configure-se como uma obrigação. Podemos entender essa dinâmica como uma relação de aparências, na qual, para demonstrar apreço pelo outro, meu gesto deve parecer um ato de desprendimento (gratuito), uma doação de algo de valor que, espontaneamente, passo para outra pessoa. Quanto maior for um bem dado, maior o apreço e a consideração pelo outro. Ou seja, apesar de aparentar gratuidade e desinteresse, a dádiva é interessada, um interesse voltado para a reciprocidade de atos de doação gratuita. E, se considerarmos o ciclo da dádiva a partir da contrapartida, esta reciprocidade fica mais evidente: ao aceitar o bem, o receptor sente-se em dívida, na obrigação de responder este gesto de apreço com outro de igual envergadura. É por isso que Godbout (1998) lembra que o gesto de recusar um presente ou uma gentileza (muitas vezes, entendido em nossa sociedade como um ato de polidez) representa a recusa do ciclo da dádiva, em que recuso o bem para não me obrigar a retribuí-lo. Assim, ao recusar o bem, posso também estar recusando o apreço e, conseqüentemente, a suposição do doador de que eu e ele perduremos o vínculo entre nós. Essa dinâmica se insere na fórmula da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, identificada por Mauss (2001) como a essência do fenômeno.

Além disso, a dádiva é interessada porque oferecemos para uma pessoa específica. Faz muita diferença se oferecemos algo para um rei ou para um plebeu (este também é o caso quando recebemos uma dádiva) porque o aspecto central desse ato de troca é o significado do vínculo que temos com o receptor (assim, o valor do bem é determinado pela importância daquela pessoa para nós). Além de representar o apreço que temos pelo receptor, a troca-dádiva simboliza que estamos indefinidamente conectados a essa pessoa. Finalmente, no caso de trocas-dádivas oferecidas em primeiros encontros (como, por exemplo, aquele estabelecido no primeiro contato do europeu com o índio americano), a oferenda representa um primeiro voto de confiança, necessário para que haja a possibilidade da interação social entre atores que, por não terem ainda estabelecido vínculo social, têm uma dificuldade natural para ajustar seus comportamentos sem nenhuma referência prévia. Para ilustrar esse ponto, Godbout (1999, p. 176) lembra do papel simbólico da troca de presentes feita por chefes de Estado na abertura de tratados comerciais, em que, "como ato fundador, ela estabelece a confiança mínima necessária para a ulterior troca mercantil".

Outro importante aspecto da troca-dádiva é sua distinção em relação à troca do tipo mercantil. Diferentemente desta última, a dádiva não comporta a equivalência contábil e a possibilidade de liquidação imediata da dívida (GODBOUT, 1999). Na lógica da dádiva, o tempo de retribuição deve ser, necessariamente, indeterminado, para surgir o sentimento de obrigação de retribuição e, assim, garantir a circularidade da dádiva e a perenidade do vínculo entre aqueles que trocam. Sobre a noção de tempo na dádiva, Mauss comenta o seguinte:

Mas é, em toda a sociedade possível, da natureza de dádiva obrigar a termo. Pela própria definição, uma refeição em comum, uma distribuição de *Kava*, um talismã que se leva, não podem ser redistribuídos imediatamente. O 'tempo' é necessário para se executar qualquer contraprestação. A noção de tempo está, pois, implicada logicamente quando se trate de fazer visitas, de contrair casamentos, alianças, de se estabelecer uma paz, de vir a jogos e a combates regulamentados, de celebrar festas alternativas, de prestar os serviços rituais e de honra, de se manifestar 'respeitos' recíprocos, tudo coisas que se trocam, ao mesmo tempo que as coisas são cada vez mais numerosas e mais preciosas, à medida que essas sociedades vão sendo mais ricas (MAUSS, 2001, p. 108).

Considerando que a troca mercantil é um dos pilares da nossa sociedade, tendemos a pensar todas as relações de troca dessa forma. Isto não significa que a dádiva é uma prática incomum à modernidade, já que, sendo um fenômeno social universal, existe no seio de qualquer sociedade, mesmo que em menor grau (GODELIER, 2001; GODBOUT, 1999); apenas indica que, nas sociedades modernas, tendemos a desconsiderar os pressupostos da troca-dádiva em situações centradas no vínculo, porque somos influenciados pela lógica mercantil. Quando alguém nos oferece algo como dádiva (ou seja, sua atitude esta voltada para o vínculo) e, de imediato, perguntamos 'o que você quer em troca?', destruimos a magia da dádiva; a resposta será considerada uma ofensa para o doador, mas o receptor pode interpretá-la como uma atitude prática e objetiva. Assim, de acordo com Godbout (1999), na modernidade, a dádiva é uma prática na qual se recorre ao implícito para se afastar do racionalismo formal da lógica de mercado: "...o universo da dádiva requer o implícito e o não-dito. A magia da dádiva não funciona a não ser que as regras permaneçam não formuladas. Assim que são enunciadas, a carruagem volta a transformar-se em abóbora, o rei fica nu e a dádiva vira equivalência" (GODBOUT, 1999, p.13).

A sociologia da dádiva pretende revelar uma dimensão política mais abrangente do que a dominante na modernidade, ou seja, a perspectiva neoliberal. Godbout (1998) argumenta que uma das explicações para a hegemonia do paradigma neoliberal na modernidade é o seu conteúdo libertário: a lógica do mercado permite a liberação imediata de inúmeras relações sociais indesejáveis, justamente por que o compromisso do contrato permite a liquidação imediata da obrigação. Por outro lado, essa possibilidade somente é factível graças à lei de equivalência das relações de troca mercantis, que garante o não comprometimento futuro. Godbout afirma o seguinte, ao tratar da liberdade pretendida na lógica de mercado:

Como essa liberdade é possível? Em que se funda? Essa liberdade está fundada na liquidação imediata e permanente da dívida. O modelo mercante visa a ausência da dívida. Nesse modelo, cada troca é completa. Graças à lei de equivalência, cada relação é pontual, e não compromete o futuro. Não tem futuro e, portanto, não nos insere num sistema de obrigações. (...) É a melhor definição sociológica do mercado: um laço social que visa escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais (GODBOUT, 1998, p. 41).

É assim que, nas trocas mercantis, criam-se figuras impessoais e descomprometidas: contratante e contratado, consumidor e empresa, Estado e contribuinte. É claro que existe legitimidade nessa perspectiva de liberdade, já que esta se constitui, historicamente, em oposição à "hierarquia imposta" (GODBOUT, 1998, p. 41) das estruturas societárias pré-modernas, e, além disso, serve para melhor organizar toda a complexidade dos conjuntos de relações que o indivíduo

moderno é convidado a tecer. Todavia, também é certo que a impessoalidade imposta pela lógica de mercado se estabelece em detrimento aos vínculos sociais. É por isso que Mauss remarca a dádiva nas sociedades arcaicas, pois, com o advento histórico da lógica de mercado e do Estado burocrático, a tensão entre o valor do vínculo e o valor das coisas se intensifica. Caillé chama a atenção para esta tensão ao falar dos sistemas reguladores da lógica de mercado, como, por exemplo, o sistema monetário: "Quanto mais o sistema monetário se especializa, se autonomiza e se complexifica, tanto mais ao contrário o vínculo entre as coisas, as pessoas e os símbolos se distende" (CAILLÉ, 2002, p. 231).

É por isso que a troca-dádiva é uma referência sociológica pensada enquanto contraponto a uma perspectiva utilitarista. Ela questiona a falsa presunção axiológica do interesse econômico enquanto explicação primeira da motivação humana na esfera social. O fenômeno da dádiva revela um múltiplo sentido para a ação, polarizado, complexo e irreduzível a apenas um de seus aspectos. Além disso, o ponto central da dádiva é que o principal valor considerado não é a utilidade ou o valor do bem trocado em si, mas sim o valor do vínculo firmado a partir da troca. É nesse sentido que França e Dizimara (1999) lembram, acertadamente, que a teoria da dádiva é uma teoria do vínculo social. Pode-se dizer, assim, que a sociologia da dádiva se afasta do economicismo, na explicação sociológica dominante, para dar o devido lugar ao simbólico e, conseqüentemente, à subjetividade.

Ou seja, a dádiva é um processo de circulação de bens simbólicos. Como já dissemos, significa que o aspecto fundamental não é o bem em si ou o seu valor utilitário, mas como ele representa o valor da relação. Mauss (2001) sinaliza muito bem o caráter simbólico da dádiva, quando apresenta o *potlatch*, o sistema de troca-dádiva agonístico das tribos indígenas do noroeste norte-americano. Como assevera o autor, no *potlatch*, ao se receber o bem dado, "faz-se mais do que se beneficiar de uma coisa e de uma festa, aceitou-se um desafio; e pode-se aceitá-lo porque se tem a certeza de retribuir, de provar que não se é desigual" (MAUSS, 2001, p. 122). Destaca-se, nessa descrição de Mauss, o sentido de reciprocidade e de reconhecimento como o fundamento primeiro do ato de dar. É esse reconhecimento que permite a consolidação do vínculo, pois está fundamentado em uma obrigação de retribuição para não se deixar transparecer como sendo um 'menor'. Nesse ritual, o objetivo das trocas é antes o de tornar o oponente um obrigado e o de medir o prestígio e a honra, de "reconhecer-se o chefe ou o seu filho e ficar-se-lhe reconhecido" (MAUSS, 2001, p. 120).

A dimensão simbólica da prática da dádiva, também, pode ser medida pelo conceito de 'dádiva de instituição', tratado por Caillé (2002). Esta categoria de dádiva é definida como as trocas-dádiva que instituem, refazem ou reforçam as alianças. De acordo com Caillé:

...os dons de instituição (instituintes) são símbolos. Com o significado de operadores de ligação ou, mais precisamente, na medida em que são vetores de aliança, eles privilegiam o vínculo de preferência aos bens, e a sua dimensão simbólica ganha mais importância que a sua dimensão funcional e utilitária. Os bens que se dão, se recebem e se retribuem, que são os bens preciosos, os símbolos por antonomásia (...) só valem em princípio graças ao valor das pessoas que o possuíam e doaram, como o observa enfaticamente Mauss na trilha de Malinowski (CAILLÉ, 2002, p. 231).

Ou seja, o significado do bem doado é constituído antes pelo *status* de quem doa. Como já dissemos, receber um bem de um rei é mais valoroso do que recebê-lo de um plebeu, independente da utilidade do bem. Da mesma forma, as dádivas são feitas para representar a condição do doador, provando seu valor ou *status*. Por exemplo, Godbout (1999) lembra que o dote dado pelo pai quando sua filha se casa (podendo ser a filha considerada uma dádiva), simboliza o valor do pai, demonstrando sua condição social (quanto maior o dote, melhor a condição).

Sendo a sociologia da dádiva uma abordagem do vínculo social, a apreciação do fenômeno das organizações substantivas por essa perspectiva deve deter-se, especialmente, nesse aspecto. Assim, o registro da dádiva e seu contraponto

– a lógica da troca mercantil – serão as referências analíticas para se compreender como as organizações substantivas se sustentam a partir de mecanismos de construção e reforços vinculares entre seus membros e em relação à sociedade como um todo. Além, disso, a prática da dívida e sua distorção pela lógica de mercado permitem verificar como muitas das práticas supostamente solidárias nas organizações substantivas refletem interesses particulares, revelando um complexo sistema cujas referências utilitárias e ético-valorativas se confundem na articulação da realidade organizacional.

A Dívida como Referência para os Estudos sobre Organizações Substantivas

Considerando que as organizações substantivas são orientadas para o fortalecimento dos laços entre seus membros (SERVA, 1993), como primeira aproximação, podemos afirmar que essas organizações são um local propenso à manifestação da troca-dívida nas sociedades modernas. Na verdade, estando associadas aos diversos movimentos sociais que emergiram nas últimas décadas e são endereçados ao retorno do humanismo perdido com a lógica de mercado (HUBER, 1985), as organizações substantivas configuram-se como entidades de articulação da dívida em nossa sociedade. Por meio dessas organizações, as pessoas podem concretizar suas trocas-dívidas em uma dimensão societária global e anônima, algo inimaginável se considerarmos o modo pelo qual o processo era empreendido nas comunidades arcaicas, onde Mauss (2001) identificou a dívida. Como afirma Godelier (2001), na modernidade, tendo em conta a exclusão empreendida no seio da economia capitalista e a omissão do Estado em reincluir, adequadamente, a massa de marginalizados, cabe à sociedade civil organizar-se para recuperar o senso de humanidade. É nesse sentido que “a demanda de dom fez apelo à oferta, e depois pôs-se a organizá-la” (GODELIER, 2001, p. 9).

Todavia, o principal argumento em favor da análise das organizações substantivas a partir da dívida consiste no fato de que a contraposição à racionalidade instrumental, também, se faz presente nesta última referência sociológica. Isto porque, seu oposto analítico, a troca do tipo mercantil, é baseado na racionalidade instrumental, tendo em conta que, nessa relação, cada agente atua com o único propósito de maximizar seus ganhos materiais e econômicos (GODBOUT, 1999). Nesse sentido, da mesma forma que a racionalidade substantiva é um contraponto à racionalidade instrumental (a categoria identificada por Weber [1974] como a racionalidade que melhor caracteriza nosso período histórico), a dívida – uma prática social de natureza substantiva – se configura na modernidade como um importante mecanismo de compensação dos efeitos nocivos gerados pela lógica de mercado e pela racionalização empreendida pelo Estado burocrático (GODBOUT, 1999).

Assim, partimos da premissa de que, em sociedades com a dimensão e a complexidade da atual, uma das formas de operacionalizar a prática da dívida é através de organizações centradas em uma racionalidade coletivista (ROTHSCHILD-WITT, 1982). Por se configurarem como uma alternativa à lógica organizacional predominante, estas organizações emergem vinculadas aos recentes movimentos sociais que questionam o *status quo* (HUBER, 1985). Nesse ponto, Caillé (2002) chama a atenção para o fato de a dívida ser o registro fundamental de inteligibilidade do fenômeno associativista e do chamado ‘terceiro setor’:

Em todos os quadrantes da terra se assiste a um desenvolvimento simplesmente espetacular do setor terciário, do voluntariado (...) e do engajamento associativo. No mundo da pobreza, porque o Estado e o mercado, insuficientemente desenvolvidos e estruturados, estão longe de poder garantir a sobrevivência material da totalidade da população e porque os cidadãos sentem então necessidade de ‘se virar’ recorrendo a todos os instrumentos do ‘informal’. No mundo da riqueza, é muitas vezes o próprio superdesenvolvimento do mercado e do Estado que acaba criando novos problemas e necessidades novas aos quais

não são capazes ou não são mais capazes de responder. Além das solidariedades tradicionais de famílias, deve-se portanto criar solidariedades novas que se exprimem através das cooperativas sociais, das associações e do conjunto das atividades coletivas com fins não lucrativos (...). Em todos esses casos, quer se trate de um tipo tradicionalista ou moderno, é claro que o engajamento associativo e voluntário implica que a pessoa dê uma parcela de seu tempo e se empenhe pessoalmente em alguma tarefa. Claro, em outros termos, que ele deve funcionar em primeiro lugar no registro do dom (CAILLÉ, 2002, p. 141).

Por outro lado, pensar nas organizações substantivas como agentes da dádiva somente é possível se compreendermos as peculiaridades da dádiva na modernidade. Esta se estabelece de forma significativamente diferente daquela praticada em sociedades de outros períodos históricos, em que não havia a coordenação sistêmica da vida social empreendida pelo Estado e pelo mercado tal qual ocorre na atualidade (GODBOUT, 1999). Esse imperativo não só faz com que a dádiva apresente novas facetas, mas também faz com que o seu lugar na realidade social assuma um novo patamar. Em relação às organizações substantivas, tal entendimento da dádiva na modernidade permite reconhecer a natureza do tipo de solidariedade que se estabelece nessas organizações, algo que está intrinsecamente relacionado à ascendência da dimensão ético-valorativa em relação aos interesses utilitários da lógica de mercado.

Assim, a solidariedade que permeia as organizações substantivas e que é observada pelos pesquisadores da área como um forte senso de comunidade³ deve ser compreendida à luz do registro da dádiva, ou seja, como uma prática de (re)criação vincular. Dando continuidade a esse entendimento, veremos que a solidariedade se constitui a partir de múltiplos atos de dádiva e contra-dádiva, bem como de diferentes intenções, gerando diferentes efeitos, porém, sempre associados a algum tipo de criação ou reforço vincular.

Para tornar mais clara a compreensão da relação entre a solidariedade característica das organizações substantivas e as trocas dádivas, apresentamos a seguir uma breve discussão sobre a dádiva na modernidade, sinalizando como as organizações substantivas se articulam como agentes das trocas-dádivas contemporâneas. Em seguida, apontamos como se estabelecem os vínculos nas organizações substantivas, sinalizando o papel das trocas-dádivas no reforço de tais vínculos.

A Dádiva na Modernidade

Analisando o fenômeno da troca-dádiva a partir das sociedades contemporâneas, Godbout (1999) constitui a idéia de uma 'dádiva moderna', na qual as relações de circulação de bens, que objetivam o vínculo, extrapolam os limites do contato face a face, contato este identificado pelos etnólogos como condição para tal prática nas sociedades arcaicas. Nesse sentido, a dádiva na modernidade pode ser empreendida para um outro anônimo, sem perder seu sentido principal de estabelecer ou reforçar um vínculo pessoal entre os envolvidos. Assim, práticas como doação de sangue, doação de órgãos, grupos de ajuda mútua (por exemplo, os Alcoólicos Anônimos) são tratados pelo autor como exemplos de dádivas modernas.

É claro que a dádiva oferecida a um desconhecido deve ser considerada com cuidado. Em um primeiro momento, poderíamos supor que o anonimato é um obstáculo à circularidade da dádiva, tendo em vista que ele pode inviabilizar a contrapartida; porém, mesmo na dádiva anônima, a troca estabelece um vínculo de dívida – mesmo quando o receptor desconhece que lhe deu – o que garante o

³ Em estudos empíricos, este senso de comunidade vem sendo observado como um condutor da racionalidade ético-valorativa em diferentes organizações, sejam elas econômicas ou não (ROTHSCHILD-WITT, 1982; VIZEU, 2004.; SERVA, 1993; 1997a; FRAGA, 2000; KUMAR et al, 1998).

principal aspecto desse processo, ou seja, o de ser uma troca simbólica centrada na criação ou reforço do vínculo. Por exemplo, quando se doa sangue, não sabemos para quem vai esta dívida, mas personificamos nosso receptor nas milhares de pessoas que necessitam desse bem (isso explica o fato de muitas das doações serem motivadas quando o doador toma conhecimento de um acidente, ou assiste a uma campanha televisiva em que aparece um ator representando o necessitado). Além disso, o receptor e/ou seus familiares, mesmo não conhecendo quem ofereceu a dívida, sentem-se gratos e em dívida com os doadores anônimos, podendo mesmo retribuir pela mesma forma (ou seja, tornando-se doadores de sangue regulares). Este último caso caracteriza a dívida anônima como contradívica, em que, por gratidão a algo recebido anonimamente, oferecemos uma contrapartida para um estranho, dando continuidade ao circuito da reciprocidade entre anônimos.

É interessante notar que, mesmo se tratando de um estranho, os envolvidos na dívida anônima estabelecem um vínculo de caráter pessoal. Significa dizer que, mesmo não havendo o contato direto entre as partes envolvidas na troca (troca esta que é intermediada por terceiros e, muitas vezes, pelo próprio Estado), existe um vínculo de caráter pessoal. Isso pode ser observado pelos diferentes sentimentos que nutrimos pelos muitos estranhos que encontramos em nossa vida moderna. Naqueles encontros, nos quais nosso interesse é meramente econômico, o outro nada mais é do que um meio necessário para atingir nosso interesse de maximização do ganho na troca, e nossa relação é previamente articulada pela regulação do mercado e do Estado; este é o princípio do *homo economicus*, e está pressuposto nas diferentes teorias que reconhecem na interação humana uma transação de caráter meramente econômico, tais como as teorias de custos de transação e a de dependência de recursos (KUMAR *et al.*, 1998).

Contudo, existem estranhos pelos quais nutrimos um sentimento diferente, porque eles representam algo no qual nos identificamos. Este algo nos fala de nossa própria natureza, e nos lembra de que, mesmo entre estranhos, vivemos todos em uma mesma comunidade de sujeitos. Ou seja, existem pessoas no mundo (às vezes ao nosso lado) que, mesmo não sendo conhecidas, vivem os mesmos dramas que nós vivemos. São os diversos pais de primeira viagem, são os preocupados com meio ambiente, são aqueles que sofreram algum tipo de violência ou perda similar às nossas próprias, enfim, são pessoas que estão vinculadas a nós por terem ou representarem algo que nos identifica. Como lembra Godbout (1999), esta identidade que nutrimos com diferentes pessoas na modernidade representa uma concepção de 'estranho' que é muito diferente daquela vigente nas sociedades pré-modernas, concepção esta que é fundamental para explicar a dívida em nosso período histórico.

Assim, diferentemente dos períodos pré-modernos, o estranho na modernidade passa a ser uma referência social central na vida cotidiana. Isso somente foi possível devido à racionalização das relações empreendida com o advento do Estado moderno e com a generalização das relações de mercado, onde o sistema burocrático de organização social representa um tipo ideal para ambas as esferas (WEBER, 1974). Todavia, sendo uma relação de natureza pessoal, a dívida moderna tenta minimizar os efeitos desse tipo de interação impessoal, já que, neste tipo de relação de troca, "a pessoa está envolvida como tal", e "o que circula transporta este elemento pessoal" (GODBOUT, 1999, p. 246). Dito de outra forma, podemos supor que a dívida conecta os desconhecidos de tal maneira que estes sentem a necessidade de se tratarem como sujeitos próximos. Mais uma vez, isso explica a necessidade que muitos receptores de órgãos doados têm de conhecer a família do doador, saber quem ele era, enfim, dar um nome e um rosto a este ilustre desconhecido, alguém que provavelmente se sentirão eternamente em dívida.

Além dessa nova concepção do 'estranho', a vida social moderna nos remete a outra questão. Dado o grande número de interações sociais que empreendemos na modernidade, nos é impossível interagir diretamente com todos aqueles

que, de alguma forma, podem ter uma espécie de vínculo conosco, mesmo que de natureza simbólica. É por isso que, para empreender a dívida, o homem moderno conta com o apoio de organizações que agem como facilitadores. Godbout (1999) lembra que, com o advento das atribuições do Estado de bem estar social (que vão muito além da simples redistribuição de riqueza), o poder público passa a ser um importante viabilizador da dívida moderna. Entretanto, por sua orientação burocrática na operacionalização de serviços, a intermediação da dívida pelo Estado pode tornar-se uma perversão dos fundamentos dessa prática, já que, da mesma forma que a equivalência contábil do mercado contradiz a da dívida, o princípio da racionalidade técnica da igualdade e impessoalidade deturpa os princípios da dívida referentes ao valor de vínculo e à reciprocidade pessoal. Como afirma Godbout (1999):

Chegamos aqui a um limite importante da abordagem profissional [das agências de serviços sociais do Estado] baseada cada vez mais em um saber técnico e em protocolos burocráticos. É por isso que o conceito de serviço público permanece essencial para o bom funcionamento do sistema; e ele é 'despertado', 'ativado' pelo contato com os organismos comunitários. A convivência dos dois modelos não é fácil, o espírito da dívida entra em contradição com o princípio de igualdade, que desempenha o mesmo papel, no sistema governamental, que a equivalência tem para o mercado. Mas a dívida repousa sobre um princípio diferente. Ela escapa ao cálculo, o que a opõe tanto ao princípio público de igualdade quanto ao princípio mercantil da equivalência (GODBOUT, 1999, p. 72).

É por isso que esse autor afirma que, na modernidade, mesmo o Estado assumindo boa parte da responsabilidade pelo amplo processo de circulação de bens, existem outras organizações que emergem no âmbito da sociedade civil para cumprir esse papel, sem necessariamente se condicionar pela racionalidade instrumental que organiza as entidades governamentais e as relações de mercado. Muitas têm sido as denominações criadas para defini-las, todas com seus vieses e limitações (neste trabalho, adotamos o termo organizações substantivas). Para os afiliados ao movimento antiutilitarista da sociologia da dívida, essas organizações surgem como resposta da sociedade civil à sua demanda natural por mecanismos de interação vinculares e de reciprocidade, perdidos com a concepção moderna do *homo economicus*, concepção esta que foi engendrada pela racionalidade do mercado e do Estado moderno⁴. Como afirma Godbout (1999), mesmo que tais esforços da sociedade civil tenham forte ligação com o Estado e com o mercado (instituições que lhes fornecem recursos e legitimidade), tais organismos "distinguem-se destes, porém, pelo fato de que neles a dívida encontra-se no centro do sistema de circulação das coisas e dos serviços" (GODBOUT, 1999, p. 81). O caráter dos movimentos sociais recentes de serem alternativos às duas principais instituições da modernidade é reconhecido por diferentes frentes de trabalho na academia, tais como os estudos sobre redes sociais entre organizações (por exemplo, KUMAR *et al.*, 1998), os estudos sobre associativismo e cooperativismo (ROTHSCHILD-WITT, 1982), os estudos sobre economia solidária (FRANÇA e DIZIMIRA, 1999) e, é claro, os estudos sobre organizações substantivas (SERVA, 1993; FRAGA, 2000).

○ Vínculo nas Organizações Substantivas

Como vem sendo observado pelos estudos da área, nas organizações substantivas, existe uma significativa ruptura com a lógica impessoal e com o cálculo nas relações sociais, por meio da afetividade e da solidariedade. Essas características, por sua vez, indicam a natureza do vínculo que se estabelece entre os membros e entre estes e a organização, como pode ser observado pela descrição de SERVA (1993):

⁴ A sociologia da dívida propõe a nomenclatura *homo reciprocus* em substituição a esta referência do pensamento utilitarista (GODBOUT, 1999).

Nota-se que nestas organizações há uma intenção geral de que o trabalho seja uma atividade prazerosa, na qual o processo de sua realização se sobrepõe às próprias finalidades, observando-se um alto grau de solidariedade e afetividade entre seus membros, bem como a existência de uma participação efetiva de cada um na vida da organização. A intensidade das relações interpessoais é bastante elevada (...) prevalecendo o contato face a face. Tal configuração cria condições para a expressão de sentimentos no cotidiano (SERVA, 1993, p. 39).

Os vínculos, sempre correspondendo a uma relação de natureza pessoal e recíproca, são a base em que se constitui o senso de comunidade o qual sustenta a orientação ético-valorativa das organizações substantivas. Tendo em conta a dimensão assumida com a intensificação da interação entre estranhos na modernidade, a construção de um vínculo de cunho pessoal nessas organizações extrapola as esferas da comunidade organizacional, atingindo, também, outros sujeitos anônimos da sociedade. Geralmente, esses sujeitos são personificados em categorias sociais bem delimitadas, e representam uma tipificação que assume importante valor para os membros da organização, valor este que se constitui quase sempre a partir de suas experiências pessoais.

Esse é o caso das organizações substantivas que se constituem a partir de uma causa social endereçada a grupos bem específicos, como, por exemplo, grupos étnicos e outras minorias marginalizadas. Nesses casos, a própria história da organização está fundamentada no vínculo estabelecido previamente entre seus fundadores e o grupo atendido pela organização. Por exemplo, muitas organizações sociais de atendimento a portadores de determinada doença são fundadas por pessoas que foram ou tiveram um familiar atingido por este mal, e que, por isso, sentem-se intimamente conectadas aos anônimos que sofrem pela mesma razão. É o caso, também, de organizações que combatem algum tipo de violência (tortura, violência urbana, violência doméstica, violência contra a mulher etc.), freqüentemente, fundadas por pessoas que sofreram esse tipo de violência ou que tiveram alguém muito próximo que o sofreu. Nessas organizações, os seus membros não são desconhecidos, são pessoas que vivem (ou viveram) situações comuns, ou seja, 'são pessoas como nós'⁵. Isso faz com que se desenvolva internamente um vínculo entre os membros, que se identificam com a mesma causa, e que também criam um forte vínculo com anônimos que não, necessariamente, interagem com a organização, mas que representam seus mais importantes valores substantivos. Neste sentido, nenhum termo representa melhor esta dupla relação vincular do que os Alcoólicos Anônimos (GODBOUT, 1999): seus membros desenvolvem um forte vínculo entre si no mesmo sentido que estabelecem vínculo com esta figura anônima, o alcoólatra; ele, por sua vez, é uma representação de um sujeito com quem temos um vínculo estreito, afinal, quem não conhece alguém que sofre desse mal?

É por isso que, nas organizações substantivas, é comum que a causa social da organização (aquilo que melhor identifica os valores substantivos compartilhados) seja um dos mais importantes fatores para se angariar novos membros. Em pesquisa prévia realizada em um hospital psiquiátrico caracterizado como uma organização substantiva (VIZEU, 2004), verificamos que a organização adotava critérios de seleção que priorizavam a identificação dos valores do candidato, em que se tentava verificar se ele compartilhava os mesmos valores presentes na comunidade hospitalar. Identificamos, também, que o hospital não tinha dificuldades em atrair novos membros com esse perfil, tendo em vista que, devido à trajetória do hospital, havia um grande interesse por parte de profissionais da saúde daquela região. Esse processo é o mesmo que ocorre em diversas outras organizações, tais como organizações ambientalistas (que atraem ambientalistas e interessados no meio ambiente), organizações voltadas para questões de cidadania política (que atraem pessoas com forte senso de engajamento político), organiza-

⁵ Em organizações de assistência a grupos específicos, é muito comum que seus assistidos tornem-se trabalhadores voluntários da organização, o que comprova esse argumento.

ções de apoio a crianças (que atraem pessoas que se identificam com crianças), dentre outras.

Todavia, não basta que as organizações substantivas sejam fundadas em vínculos previamente estabelecidos para garantir a sustentação dos seus valores substantivos. É necessário que estes vínculos sejam reforçados continuamente, através de processos de troca-dádiva. Dito de outra forma, a dádiva é um processo simbólico de reforço da confiança e da reciprocidade, dois elementos fundamentais das organizações substantivas (SERVA, 1993; FRAGA, 2000)⁶. Como já observamos, essa dimensão simbólica se configura a partir de dois tipos de vínculos que se constituem nas organizações substantivas, o vínculo entre o anônimo e a organização substantiva, no qual a comunidade organizacional realiza o movimento de reciprocidade – muitas vezes negado pela sociedade moderna a esses sujeitos sem rosto – e o vínculo dentro da própria comunidade organizacional, constituído primeiramente pela identidade em relação aos valores e crenças sociais compartilhados, mas que são reforçados ou mesmo ampliados na experiência de trabalho cotidiano.

É, por isso, que vemos no trabalho uma das mais importantes dádivas oferecidas nas organizações substantivas. E não nos referimos, aqui, apenas ao trabalho voluntário – no qual a dádiva é evidente – mas, também, ao remunerado que é feito de forma voluntária. Quando dissemos “não vou fazer isso porque não faz parte da minha função”, decididamente, encaramos a tarefa sob o registro da equivalência contábil, não representando, assim, uma dádiva ou contra-dádiva. Sem sombra de dúvidas, este é um entendimento predominante no mundo acadêmico, no qual, de acordo com a tradição marxista, o trabalho se configura como uma mercadoria cujo aspecto essencial é seu valor econômico. Contudo, nem sempre essa equivalência esta presente. Quando dizemos “faço isso porque é para você”, e fazemos algo que vai além das nossas atribuições formais de função, estamos agindo a partir do registro do dom, ou seja, estamos oferecendo uma dádiva a alguém que nos é caro e que a relação nos tem algum valor. Tal atitude, também, pode se configurar como contrapartida a algo que já nos foi dado no passado, e o desequilíbrio (retribuir mais do que se recebeu) que se estabelece nesses casos tem por efeito a continuidade ou mesmo o fortalecimento do vínculo. Por esse motivo, mesmo considerando que a dádiva-trabalho é quase sempre empreendida a partir dos vínculos previamente estabelecidos entre os membros das organizações substantivas, tal prática é fundamental para que os vínculos sejam reforçados e ampliados. Esse movimento circular é identificado pelos autores da sociologia da dádiva como um aspecto importante da dádiva da modernidade (GODBOUT, 1999; CAILLÉ, 2002), e demonstra como as organizações substantivas desenvolvem seu senso de reciprocidade.

Além do trabalho, a palavra é outra importante dádiva que articula a reciprocidade nas organizações substantivas. Favorecidas especialmente com o estabelecimento de espaços de fala livre (SERVA, 1993; VIZEU, 2005), as interações comunicativas nas organizações substantivas devem ser entendidas como processos de trocas-dádivas, já que, para que ocorra a comunicação voltada ao entendimento, é preciso antes que se estabeleça a reciprocidade entre os falantes (FELTS, 1992; VIZEU e BIN, 2008). Neste sentido, a palavra é um dos mais importantes bens a serem trocados no sistema da dádiva, especialmente no contexto da modernidade. Como afirma (GODBOUT, 1999, p. 14), “falar é considerado um dom, talvez o principal”. Isso porque a fala, além de ser a condutora das gentilezas que oferecemos no sentido de reforçar os vínculos de amizade ou apreço, também é o principal veículo de inteligibilidade dos fatos, sejam eles objetivos ou subjetivos. Ou seja, no mundo organizacional em que as informações são essen-

⁶ A confiança também tem sido observada como um elemento importante pelos estudos organizacionais centrados na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (por exemplo, FELTS, 1992; VIZEU, 2005; VIZEU e BIN, 2008), ou em outras pesquisas baseadas em racionalidades alternativas à instrumental (KUMAR et al., 1998).

ciais para o desenvolvimento das atividades cotidianas, a transmissão de informação, através da comunicação oral, também, pode se configurar sob o registro da dádiva.

Para que a comunicação nas organizações seja empreendida a partir da lógica da dádiva, é preciso que a reciprocidade seja estabelecida. De acordo com a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, existem duas categorias de orientação para a fala, a orientação para o êxito do falante e a orientação para o entendimento dos interlocutores. No primeiro caso, como o falante usa a fala para atingir um objetivo específico, a relação é monológica (ou seja, uma relação sujeito-objeto) e não há reciprocidade; na fala orientada ao entendimento, os interlocutores estão envolvidos dialogicamente (relação sujeito-sujeito), e existe reciprocidade (VIZEU, 2005). É por isso que as estruturas hierárquicas formais têm sido observadas como predisposições à comunicação monológica, já que, servindo como mecanismos de diferenciação e despersonalização das relações, inibem a reciprocidade (FELTS, 1992; FORESTER, 1994). Assim, tendo em conta as condições mais favoráveis para a manifestação da dádiva, a oralidade torna-se fundamental nesse processo em particular. A comunicação oral e informal sugere uma aproximação de natureza mais pessoal do que outras maneiras mais formais de comunicação organizacional. Para tanto, o estilo de fala de caráter mais coloquial e com inflexão na primeira pessoa facilita a impressão de que a interação é de natureza pessoal. É por isso que as pesquisas empíricas têm identificado que, nas organizações substantivas, a comunicação informal é preferida aos processos formais (SERVA, 1993; 1997a; VIZEU, 2004; ROTHSCCHILD-WITT, 1982; FRAGA, 2000).

Finalmente, devemos sinalizar que as dádivas nas organizações substantivas também carregam contradições. Estas apresentam correspondência direta com aquilo que chamamos, mais acima, de tensão entre racionalidades. Assim, sendo a lógica predominante, nas sociedades modernas, a de mercado, existe nessas sociedades uma dificuldade psicológica para o estabelecimento das relações centradas na dádiva. Na verdade, como lembram Caillé, (2002) e Godbout (1999), as trocas-dádivas se estabelecem na modernidade sob forte influência da interação do tipo mercantil, em que, em maior ou menor grau, as dádivas e contra-dádivas são permeadas pela impessoalidade e pela equivalência do contrato mercantil, ambas, premissas do cálculo utilitário de conseqüências. Assim, nas organizações substantivas, mesmo havendo um contexto propenso a uma racionalidade alternativa à instrumental – racionalidade esta que se constitui a partir do vínculo social que é engendrado pelas múltiplas trocas-dádivas que se estabelecem nessas organizações –, é possível que o cálculo utilitário surja como referência para as interações interpessoais. Isto se explica, em parte, pela necessidade que essas organizações têm em se relacionar com empresas econômicas tradicionais e mesmo com organizações do Estado. Prioritariamente condicionadas pela equivalência contábil e pela impessoalidade da racionalidade econômica da modernidade, estas organizações tendem a impor às organizações substantivas a lógica da dependência econômica (que se estabelece em relação aos recursos providos pelas empresas econômicas e mesmo pelo Estado), bem como pela racionalização normativa que a regulação do Estado provoca.

Neste ponto, nada mais emblemático do que a participação de empresas privadas em projetos realizados por organizações substantivas. Por exemplo, em relação ao chamado Terceiro Setor, é comum verificar que a 'doação' de empresas privadas é determinada pelo cálculo, cuja decisão sobre o que doar e quanto doar depende da avaliação precisa dos benefícios obtidos com aquele ato (isenção de impostos, marketing institucional etc). Neste caso, é considerada a equivalência contábil, e, portanto, o ato se torna contrário ao registro da dádiva. Da mesma forma, as interações entre os membros das organizações substantivas são contaminadas por esta lógica mercantil de equivalência contábil⁷. Neste ponto em parti-

⁷ Isto vem sendo especialmente observado pela literatura endereçada a nomenclatura do 'Terceiro Setor' (ALVES, 2002).

cular, consideramos que a distorção da dádiva pela lógica de mercado corresponde ao mesmo processo identificado por Guerreiro Ramos (1981) como o problema central das organizações convencionais, e que deu ensejo à sua teoria substantiva da organização, ou seja, a invasão do enclave econômico sobre as outras esferas sociais.

Considerações Finais

A referência de análise proposta pela sociologia da dádiva pode ser proveitosa para os estudos das organizações substantivas por permitir um novo olhar sobre as interações sociais que se realizam nesse contexto organizacional particular. Serva (1997a), nas conclusões de seu estudo empírico sobre organizações substantivas, indica a necessidade de se compor novas referências para a análise do crescente fenômeno desse tipo organizacional, que não seja limitada às referências do utilitarismo. É para atender a tal apelo que a perspectiva da dádiva surge como uma possibilidade frutífera para o campo. Neste sentido, os processos de trocas-dádivas presentes no cotidiano das organizações substantivas revelam ser o vínculo um elemento central de entendimento desses tipos organizacionais. Isto é corroborado quando observamos as características descritas pelos estudos empíricos sobre essas organizações, aspectos que indicam a centralidade das relações pessoais no desenvolvimento das práticas organizacionais substantivas.

Assim, além de apresentar uma nova referência explicativa dos fenômenos organizacionais, a perspectiva sociológica centrada na dádiva oferece aos estudos brasileiros sobre organizações substantivas alguns elementos interessantes para que se constitua uma nova agenda de pesquisa no campo. Apresentamos, a seguir, alguns temas para estudos futuros:

Os vínculos que se estabelecem nas organizações substantivas. Ao defender a importância dos vínculos entre anônimos e a idéia de que os vínculos entre os membros da comunidade organizacional se estabelecem previamente ao convívio na organização, damos o primeiro passo para o desenvolvimento desse tema. É necessário que se entenda melhor como tais vínculos promovem a coordenação da ação coletiva nas organizações substantivas. Assim, verificar como a trama de relações vinculares pode afetar o sistema de valores dessas organizações é uma tarefa que possibilitará a sustentação empírica para os argumentos expostos neste ensaio.

A perversão da dádiva nas organizações substantivas. Uma forma de verificar esse tema é investigando os efeitos da intermediação das atividades assistenciais das organizações substantivas feita por empresas econômicas privadas ou agências governamentais. A literatura sobre as organizações substantivas pouco tem explorado tais efeitos. Godbout (1999) observa que, freqüentemente, existe uma corrupção dos princípios da dádiva pela adoção ou regulamentação do Estado das iniciativas correntes de assistência social. Isto compromete o fortalecimento dos vínculos sociais – um aspecto que acreditamos ser fundamental para o estabelecimento da racionalidade substantiva. A comprovação dessa inversão seria um caminho alternativo para explicar a deturpação dos princípios coletivistas e sociais no Terceiro Setor, algo freqüentemente abordado pelos pesquisadores da área (por exemplo, ALVES, 2002).

O significado das trocas-dádivas realizadas nas organizações substantivas. No presente trabalho, abordamos duas categorias de dádivas presentes nas organizações substantivas – o trabalho e a palavra. Todavia, como se trata de uma prática revestida de múltiplas significações (CAILLÉ, 2002; GODBOUT, 2001), a dádiva pode se manifestar de várias outras formas nesse contexto social particular. Assim, outras formas de trocas-dádivas devem ser exploradas, bem como seus efeitos para a dinâmica organizacional e, em particular, para o desenvolvimento das interações interpessoais nessas organizações. Por exemplo, uma ca-

tegoria que não aprofundamos neste ensaio – a dívida agonística – é um tipo que pode ser interessante para analisar relações conflituosas ou de competitividade nas organizações substantivas.

Além desses temas, outras considerações devem ser feitas. O crescimento do fenômeno das organizações substantivas tem sido justificado pelos autores da área como um contínuo esforço da sociedade civil em se rebelar contra os efeitos desumanizadores provocados pela lógica de mercado. Todavia, existem aqueles que questionaram a força desse movimento, defendendo a idéia de que não há evidências empíricas que sinalizem tal tendência (DELAGNELO e MACHADO-DASILVA, 2000). Entendendo que as organizações substantivas se desenvolvem em grande parte para viabilizar a dívida na modernidade, a expansão desse tipo organizacional deve ser compreendida como um esforço que busca a valorização do vínculo perdido com a intermediação das relações sociais pelo mercado e pelo Estado moderno. Isto faz com que se compreenda o fenômeno das organizações substantivas não como um processo de substituição da lógica de mercado, mas como uma compensação de seus efeitos contraditórios. Assim, olhar esta expansão sob uma perspectiva quantitativa (como a pretendida por DELAGNELO e MACHADO-DASILVA 2000), torna-se irrelevante. Isto porque a sociologia da dívida rejeita o reducionismo da visão utilitarista que vê como fundamento privilegiado para o fenômeno organizacional o cálculo, e oferece uma explicação alternativa capaz de dar o devido suporte ao fenômeno das organizações substantivas, especialmente no que tange o entendimento das razões de sua manifestação no seio das sociedades capitalistas.

Outra importante contribuição da sociologia da dívida aos estudos sobre organizações substantivas diz respeito ao tipo de humanismo que se configura em tais estudos. No Brasil, tem sido comum a crítica de que os estudos das organizações substantivas se revestem de um humanismo utópico, o que enfraquece sobremaneira a credibilidade desses estudos. Na sociologia da dívida, persiste um humanismo cosmocêntrico, e não antropocêntrico [este último, comum ao humanismo de caráter ideológico, como bem asseverou Martins, (2000)]; questiona-se o utilitarismo ideológico, mas sem incorrer na negação do interesse individualista como um fator presente na motivação humana (a dívida apenas indica ser o interesse parte de um complexo motivacional irreduzível às suas partes). Tal humanismo é fundado na premissa de que, na origem do fato social, persiste a subordinação dos interesses utilitários à dimensão simbólica, bem como reside nesse plano o substrato da solidariedade humana que sustenta a possibilidade das estruturas sociais.

Finalmente, ao introduzir a concepção da dívida moderna no entendimento das organizações substantivas, pretendemos sinalizar para uma leitura da realidade organizacional em que diferentes lógicas de ação social não sejam tratadas de maneira polarizada. Como já mencionamos, isto já foi pretendido por nós em estudo anterior, no qual verificamos que, mesmo no seio de um espaço em que predomina uma orientação racional alternativa à racionalidade instrumental, esta permanece presente, formando um cenário dinâmico de tensão contínua, cujos comportamentos dos atores organizacionais ora são regidos por uma lógica, ora por outra. De maneira similar, a perspectiva da dívida moderna de Godbout (1999) parte desse mesmo princípio, ao sugerir que tal prática somente é devidamente compreendida quando assumimos sua coexistência com a lógica utilitarista do mercado e do Estado, mesmo sendo esta lógica antagônica ao princípio de socialidade primária presente na troca-dívida.

Referências

ALVES, M. A. Organizações do terceiro setor e sua(s) racionalidade(s). In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002. CD ROM.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n.38, p.5-37, 1998.

_____. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v.7, n.19, p.19-33, 2000.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FELTS, A. A. Organizational communication. *Administration & Society*, London, v.23, n.4, p.495-517, 1992.

FORESTER, J. Teoria crítica e análise organizacional. *Plural*, São Paulo, v.1, p.131-148, 1994.

FRAGA, M. L. *A empresa produtiva e a racionalidade substantiva*. 2000. 208 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

FRANÇA, G.; DIZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v.6, n.14, p.141-183, 1999.

GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

_____. Minha dívida ao lorde Keynes. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.91-95, 1982.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.38, p. 39-51, 1998.

_____. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GODELIER, M. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

HUBER, J. *Quem deve mudar todas as coisas: as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUMAR, K. et al. The merchant of Prato revisited: toward a third rationality of information systems. *MIS Quarterly*, Minneapolis-USA, v.22, n.2, p.199-226, June 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

MARTINS, P. H. *Contra a desumanização da medicina: crítica sociológica das práticas médicas modernas*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.

PAULA, A. P. P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v.14, n.40, p.169-188, 2007.

ROTHSCHILD-WITT, J. The collectivist organization: an alternative to bureaucratic models. In: _____; LINDENFELD, F. (Org.). *Workplace democracy and social change*. Boston: Porter Sargent Publishers, 1982.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.33, n.2, p.36-43, 1993.

_____. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.37, n.2, p.18-30, 1997a.

_____. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p.108-134, 1997b.

TENÓRIO, F. G. *Flexibilização organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

VIZEU, F. *Organizações burocratizadas rumo à razão comunicativa: o caso de uma instituição psiquiátrica*. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

_____. Ação comunicativa e estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.45, n.4, p.10-21, 2005.

_____; BIN, D. Democracia deliberativa: leitura crítica do caso. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.42, n.1, p.83-108, 2008.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

Artigo recebido em 09/10/2007.

Artigo, aprovado, na sua versão final, em 30/01/2009.